

**Dia 27.04.2021 (1ª - Sessão Extraordinária Remota)** composta da 1ª e 2ª Atas das Sessões Extraordinárias do dia 13.04.21, que foram aprovadas por unanimidade de votos; EMENDA ADITIVA ao Projeto de Lei nº 022/2021 - Dispõe sobre a alteração da Lei nº 2.241, de 28 de dezembro de 2006 e a alteração da Lei nº 2.243, de 28 de dezembro de 2006, e dá outras providências, de origem do Poder Executivo, que foi aprovada por unanimidade de votos; Parecer nº 015/2021 da Comissão de Constituição e Justiça; Parecer nº 013/2021 da Comissão de Finanças e Orçamento, Parecer nº 004/2021 da Comissão de Comissão de Administração Pública e Parecer nº 013/2021 da Comissão de Redação Final, que foram aprovados por unanimidade de votos – Assunto: Projeto de Lei nº 022/2021 - Dispõe sobre a alteração da Lei nº 2.241, de 28 de dezembro de 2006 e a alteração da Lei nº 2.243, de 28 de dezembro de 2006, e dá outras providências, de origem do Poder Executivo, em discussão, o o senhor presidente – vereador Rui Begot elogiou a Comissão de Justiça e demais comissões que estão se reunindo para discutirem as matérias em pauta vindas do Executivo, em especial esta emenda, que vem acrescentar dois assentos neste Conselho: um assento no Legislativo para discutir e fiscalizar o Executivo no desenvolvimento econômico nos gastos com o fundo municipal e outro assento na Sociedade Civil organizada – o projeto foi aprovado por unanimidade de votos – em primeira votação; Parecer nº 016/2021 da Comissão de Constituição e Justiça; Parecer nº 014/2021 da Comissão de Finanças e Orçamento, Parecer nº 005/2021 da Comissão de Comissão de Administração Pública e Parecer nº 014/2021 da Comissão de Redação Final, que foram aprovados por unanimidade de votos – Assunto: Projeto de Lei nº 021/2021 - Dispõe sobre a criação do Programa Municipal Extraordinário de Transferência de Renda do Município de Ananindeua, com o objetivo de transferir renda aos cidadãos atingidos social e economicamente pela pandemia da COVID-19, de modo a mitigar os seus efeitos, e dá outras providências, de origem do Poder Executivo, em discussão, o vereador Aurélio Rodrigues parabenizou o Executivo que vai ajudar significativamente quem necessita - o projeto foi aprovado por unanimidade de votos – em primeira votação; Parecer nº 017/2021 da Comissão de Constituição e Justiça; Parecer nº 015/2021 da Comissão de Finanças e Orçamento, Parecer nº 006/2021 da Comissão de Comissão de Administração Pública e Parecer nº 015/2021 da Comissão de Redação Final, que foram aprovados por unanimidade de votos – Assunto: Projeto de Lei nº 023/2021 - Dispõe sobre a alteração da Lei Orçamentária Anual nº

3.110/2021, para inclusão do Fundo Municipal de Desenvolvimento Econômico, Instituído pela Lei 2.243 de 28 de dezembro de 2006, e dá outras providências, de origem do Poder Executivo, que foi aprovado por unanimidade de votos – em primeira votação